Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Saraiva, Rui Faro, 1981-

A política externa iraniana post 1979

http://hdl.handle.net/11067/1037
https://doi.org/10.34628/mg3b-6644

Metadados

Data de Publicação 2012

Resumo O derrube da monarquia secular do Xá Reza Pahlavi em 1979, permitiu a emergência de um regime híbrido com traços teocráticos, onde imperam os preceitos e as normas clericais do xiismo duodecimano sobre as instituições republicanas. O novo regime político incorporou uma nova ordem interna dotada de instituições electivas e não-electivas, onde muitas vezes não se distingue a fronteira entre o secular e o religioso. A questão que se coloca ao nível da política externa iraniana consiste em compreend...

Palavras Chave Islão e relações internacionais - - Irão, Irão - Relações externas - 1997-, Irão - - Relações externas - - 1979-1997

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-FCHS] LPIS, n. 06-07 (2012)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-05-05T00:23:32Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

A POLÍTICA EXTERNA IRANIANA POST 1979

Rui Faro Saraiva
Phd Student, Osaka School of International Public Policy, Osaka University.
email: ruifarosaraiva@gmail.com

Resumo: O derrube da monarquia secular do Xá Reza Pahlavi em 1979, permitiu a emergência de um regime híbrido com traços teocráticos, onde imperam os preceitos e as normas clericais do xiismo duodecimano sobre as instituições republicanas. O novo regime político incorporou uma nova ordem interna dotada de instituições electivas e não-electivas, onde muitas vezes não se distingue a fronteira entre o secular e o religioso. A questão que se coloca ao nível da política externa iraniana consiste em compreender se a mesma é construída com base em interesses puramente geopolíticos e geoestratégicos, através de um paradigma realista, ou se existe também, um elemento idealista conotado com o Islão. É assim legítimo questionar se existe um modo islâmico de fazer política externa e sobre o que distingue o Irão da actuação dos Estados seculares na política internacional. O equilíbrio entre a ideologia e o pragmatismo tem sido o elemento mais persistente e uma das questões mais complexas ao nível da política externa iraniana. Este é um aspecto fundamental no desenvolvimento de um quadro analítico e conceptual que permita explicar os dois elementos aparentemente em conflito na política externa iraniana.

Palavras-Chave: idealismo / interesse nacional / irão / pan-islamismo / política externa / realismo / secularismo / teocracia / xiismo duodecimano

Abstract: The overthrow of the Shah Reza Pahlavi's monarchy in1979, allowed the emergence of a hybrid regime where the precepts and standards of 12th Imam Shiite Muslim clerics prevail along with republican institutions. The new political regime incorporated a new internal order endowed with elective and non-elective institutions, where often the boundary between the secular and the religious cannot be distinguished. Explaining Iran's Foreign Policy raises an immediate question: is Iran's Foreign Policy based on purely geopolitical and geostrategic interests, through a realist paradigm, or is it, simultaneously or distinctively, shaped by an idealistic element related to Islam. It is legitimate to question whether there is an Islamic way of conducting a foreign policy and what distinguishes Iran's actions from secular states in international politics. The balance of ideology and pragmatism seems to be one of the most persistent and intricate elements of the Islamic Republic foreign policy. This is one of the most important features to take on board when developing a conceptual and analytical

framework to explain two apparently conflicting elements in the Iranian Foreign Policy.

Key-Words: foreign policy / idealism / iran / national interest / pan-islamism / realism / secularism / theocracy / 12th imam shi'ism

1. As Raízes da Política Externa Iraniana

1.1. O Contexto Geopolítico

A Geopolítica encontra a sua origem na escola realista das Relações Internacionais, em que o Estado é o principal actor num sistema internacional anárquico. A procura de um nexo causal entre os factores geográficos e o seu impacto sobre a política remonta ao mundo antigo. Foi com Aristóteles, na Grécia Antiga, que se encontrou o estudo entre a relação entre o meio físico e social e as unidades políticas. Estudar a política externa de um Estado poderá assim implicar a observação sobre como certas representações do espaço geográfico são incorporadas na sua execução. A identificação de um espaço geográfico e o *labeling* do mesmo, origina diversas ideias e visões sobre o lugar e as políticas que aí são prosseguidas. Assim, por exemplo, caracterizar uma determinada área geográfica como Islâmica ou Ocidental implica que o Estado que queira actuar sobre essas áreas terá certas ideias sobre a sua política externa relativamente a essas regiões[1].

Os actores das Relações Internacionais legitimam a sua política externa através da apresentação de certas ideias ou pressupostos acerca dos Estados e das regiões para além das suas fronteiras. Estas ideias podem ser chamadas de Visões Geopolíticas, que consistem em qualquer ideia a respeito da relação entre a localização geográfica de um Estado e outros lugares, e que envolva ideias de (in) segurança, (des) vantagem e/ou a invocação de ideias sobre uma missão colectiva ou uma estratégia de política externa.[2] Os referidos pressupostos emergem das elites políticas de uma determinada sociedade. As sociedades são na grande maioria pluralistas, incluindo as ditaduras. Não existe apenas uma facção das elites que determina o que é o Estado e qual o seu papel no mundo. O Estado é uma construção social, pelo que a sua actuação, interna e externa está sujeita a diferentes interpretações/visões. Nem sempre esse pluralismo é evidente na formulação da política externa, sendo que a vontade de uma facção

[1] AGNEW, John; CORBRIDGE, Stuart, Mastering Space – Hegemony, Territory, and International Political Economy, London: Routledge, 1995, p. 47-48

[2] DIJKINK, G. J., National Identity and Geopolitical Visions: Maps of Pride and Pain, New York: Routledge, 1996, p. 10

pode impor-se às demais. Mais ainda, por vezes, a definição de uma linha de acção externa está limitada por um padrão de actuação pré-determinado por decisões/opções tomadas no passado – *path dependence* – o que acaba por se impor aos actores, limitando a sua capacidade de escolha e de decisão. O que Campbell chamou de Imaginação Geográfica. A imaginação geográfica (…) pode ser definida como o modo no qual os grupos de influência na vida cultural de um Estado definem esse Estado e a nação no interior do mundo. Aborda os actos primários da identificação e formação de fronteiras nos quais os grupos da população no interior de um Estado se empenham[3].

A imaginação geográfica é a base da cultura geopolítica de um Estado. Esta é o produto dos processos organizacionais e culturais que moldam a política externa desse mesmo Estado. Porém a cultura geopolítica, dentro do próprio Estado, não é homogénea e baseia-se em diferentes interesses políticos e económicos, que resultam de diferentes visões que emergem das elites políticas desse mesmo Estado. A cultura geopolítica é também caracterizada pelas tradições geopolíticas, que são um cânone histórico de pensamento no âmbito da identidade do Estado, da política externa, e do interesse nacional[4].

Durante os últimos 200 anos as visões geopolíticas iranianas têm sido influenciadas pelas diversas experiências que resultaram de consecutivas intervenções do exterior. No século XIX, a Revolta do Tabaco (1881-1882) seguiu-se ao facto dos *Qajars* terem feito concessões ao Reino Unido no sector da indústria tabaqueira. Mirza Hassan Shirazi, o *marja-e taqlid* ou *grand ayatollah*, emitiu um édito que proibia qualquer muçulmano xiita de fumar tabaco no Irão. Assim devido à forte pressão da população, o governo retirou finalmente as referidas concessões.[5] Porém, da influência externa observada durante este período, e devido às concessões da dinastia *Qajar* a potências exteriores, resultou a Revolução Constitucional de 1905-1911.[6] Posteriormente no início dos anos 1950, o Primeiro-Ministro Mohammad Mosaddeq criou o Movimento da Nacionalização do Petróleo, nacionalizando as petrolíferas britânicas e controlando as companhias anglo-iranianas. Mosaddeq foi depois removido do poder através de um golpe em 1953 orquestrado por Mohammad Reza Shah, em cooperação com a *intelligence* britânica e americana.[7] Finalmente, a Revolução Islâmica Iraniana de 1979, pode também ser explicada através da reacção do Irão à dominação pelas potências estrangeiras e a consequente exploração da sua riqueza e recursos.

[3] CAMPBELL, David, in Ó'TUATHAIL, G., Dalby, S., Rethinking Geopolitics, London: Routledge, 1998, p. 80

[4] Ó'TUATHAIL, Gearóid, Geopolitical Structure and Cultures: Towards Conceptual Clarity in the Critical Study of Geopolitics, in Geopolitics: Global Problems and Regional Concerns, The Center for Defense and Security Studies, Bison, Paper 4, January 2004, p. 88

[5] KEDDIE, N. R., Religion and Rebellion in Iran: The Tobacco Protest of 1881-1882, London: Frank Cass, 1966

[6] AFARI, Janet, The Iranian constitutional revolution, 1906-1911: grassroots democracy, social democracy, & the origins of feminism, New York: Columbia University Press, 1996

[7] KATOUZIAN, H., Musaddeq and the Struggle for Power in Iran, London : IB Tauris, 1990

Estes eventos estão também relacionados com a experiência histórica iraniana de influências e penetrações do exterior. Em primeiro lugar, através da rivalidade com outros impérios, e.g. o Império Otomano. Em segundo, a interferência de potências estrangeiras nos seus assuntos internos, durante os últimos 200 anos (Rússia, a França, o Reino Unido e os EUA).[8] Os Iranianos foram também permeáveis por diversas tentativas de modernização, começando no século XIX com Qajar Shah e depois da desintegração do império persa, com os dois Pahlavi Shahs (Reza Shah 1921-41 e Mohammad Reza Shah 1941-79)[9].

Além disso, a cultura geopolítica no Irão tem sido influenciada pela questão da dualidade entre a comunidade islâmica e o Estado-nação. A questão que se coloca é se os iranianos se devem identificar com a *umma* (comunidade islâmica), assim como foi proclamada por Ayatollah Khomeini, ou com o Irão enquanto Estado-nação, como o viam os antigos presidentes Rafsanjani e Khatami. Estas duas visões fazem parte da referida imaginação geopolítica das elites políticas iranianas[10].

As visões geopolíticas de Khomeini manifestam-se essencialmente através de dois princípios ideológicos da Revolução Islâmica relativos à política externa: nem o Ocidente, nem o Oriente (não-alinhamento) e a exportação da Revolução. Estes princípios implicam o esfriamento das relações com os países ocidentais e o apoio aos muçulmanos em qualquer parte do globo. Ao contrário, aqueles que percepcionam o Irão como um Estado-nação, *vêem também o mesmo como um actor fundamental das Relações Internacionais, e advogam boas relações com o Ocidente e com os Estados vizinhos. A definição de Estado-nação no Irão está intimamente ligada com a definição das fronteiras do território iraniano e dos países vizinhos, o que originou conflitos frequentes.*[11] A permeabilidade das suas fronteiras poderá explicar o carácter intervencionista do artigo 152º da constituição iraniana, assim como a prioridade da dimensão regional sobre a internacional.

O Irão tem uma localização geográfica única. De todos os países no mundo, é o que tem maior número de fronteiras com países vizinhos (actualmente 15). Este facto influenciou significativamente as relações diplomáticas e económicas com os países adjacentes. Um exemplo recente consiste na disputa quanto ao regime legal do Mar Cáspio. Os países envolvidos, para além do Irão, são a Rússia, o Azerbaijão, o Cazaquistão e o Turquemenistão. Outro exemplo é a contenda pela ilha de Abu Musa, e pelas ilhas Tunb, com os Emirados Árabes Unidos (EAU)[12].

O facto de estar situado numa região de grande instabilidade tem sido difícil para o Irão. Essa condição generalizada de instabilidade ainda hoje persiste, seja

[8] ESHRAGHI, F., Anglo-Soviet Occupation of Iran in August 1941, Middle Eastern Studies, 20 (1), January 1984, pp. 27-52

[9] BAMANI, Amin., The Modernization of Iran (1921-1941), Stanford, University Press, 1961

[10] RAKEL, Eva Patricia, Power, Islam and Political Elite in Iran – A Study on the Iranian Political Elite from Khomeini to Ahmadinejad, Leiden: Brill, 2009, p. 22

[11] IDEM, Ibidem, p. 22-23

[12] MOJTAHED-ZADEH, Pirouz, Boundary Politics and International Boundaries of Iran, Boca Raton: Universal Publishers, 2006, p. 90

através do conflito sectário no flanco ocidental do Irão, o Iraque, ou dos Estados frágeis na fronteira leste, o Afeganistão e o Paquistão. Existem também Estados ao longo da fronteira norte do Irão, cujas transformações políticas, sociais e económicas originam um clima de instabilidade e insegurança, na Ásia Central e no Cáucaso. A segurança regional depende de regimes autoritários que se encontram ao sul, sujeitos a mudanças político-sociais no futuro. Tal ambiente de insegurança alimenta as rivalidades regionais, as crises ou conflitos militares, e ao mesmo tempo, promovendo uma maior presença e intervenção directa das grandes potências estrangeiras. A maior parte do capital político e económico do Irão está a ser gasto no combate a estas ameaças. A determinação da liderança iraniana de manter um exército capacitado reflecte as preocupações de segurança nacional, decorrentes deste contexto geopolítico[13]. A política externa do Irão fica reduzida a uma dimensão regional. Considerando entre a liderança da região, o *status quo* ou a autarquia.

Assim a cultura geopolítica na República Islâmica do Irão é o resultado de experiências do passado, como a intervenção de potências exteriores, de questões de identidade e fronteiras territoriais. Depois da Revolução Islâmica, a cultura geopolítica do Irão manifestou-se na institucionalização do *Velayat-e Faqih*, como foi desenvolvido por Ayatollah Khomeini nos anos 1960. A rivalidade entre as diferentes facções políticas na luta pelo poder influenciou também as práticas relativas à política externa iraniana. Cada facção política tem uma visão própria sobre a política, a economia e os assuntos sócio-culturais. Estas visões e interesses mudaram ao longo do tempo e consequentemente cada facção desenvolveu diferentes visões acerca do lugar do Irão no mundo e no âmbito das relações internacionais[14].

Desde a revolução, a elite política iraniana tem enfrentado o desafio de equilibrar o idealismo com o pragmatismo, duas abordagens quanto à política externa do Irão. Gradualmente, a liderança iraniana tem vindo a salientar o factor geopolítico na condução da política externa. Desde o advento da revolução islâmica, as políticas regionais do Irão têm sido impulsionadas pela ideologia, mas também pela geopolítica. No entanto, o factor geopolítico parece, por vezes, predominar na gestão das suas relações com os outros Estados da região. A principal razão para a importância da geopolítica na definição da política externa iraniana reside na natureza das questões que o Irão enfrenta. Estas são marcadas por múltiplas fontes de insegurança, incluindo a ameaça militar norte-americana ou israelita. Estas condições exigem que o Irão consiga conceber alianças estratégicas, sendo que a realidade geopolítica iraniana, as suas características culturais, religiosas e étnicas, ligam indubitavelmente a segurança nacional

[13] BARZEGAR, Kayahan, The Geopolitical Factor in Iran's Foreign Policy, in The Middle East Institute Viewpoints: The Iranian Revolution at 30, [http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/ Iran_ Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010, p. 134

[14] RAKEL, op. cit., p. 24

iraniana à da restante região[15].

1.2. O Contexto Cultural e Identitário

Para compreender a política externa do Irão será necessário acima de tudo, uma análise mais profunda da cultura e do contexto identitário do comportamento da política externa iraniana. Relativamente ao Irão, o passado está sempre presente. Podemos observar uma combinação paradoxal de orgulho na cultura iraniana e um sentimento de vitimização, que criou um sentimento feroz de independência e uma cultura de resistência à dominação por qualquer poder estrangeiro. A política externa iraniana está assim profundamente enraizada e amplamente realizada nestes sentimentos[16].

No amanhecer da Revolução Iraniana, o Ayatollah Ruhollah Khomeini apelou pela independência, liberdade e pela República Islâmica. Assim eram declarados os seus direitos inalienáveis, da mesma forma o tinham feito os americanos, com a vida, a liberdade, e a busca da felicidade, ou os franceses com o compromisso com a liberdade, a igualdade e fraternidade. A declaração de princípios de Khomeini dura até ao presente, embora o não-alinhamento tenha deixado de fazer sentido no *post* Guerra Fria. Estes princípios estão aliás incorporados na constituição iraniana, e diversos líderes iranianos os têm invocado. Khatami declarou-os eternos (*Javidan*), durante a sua presidência.[17]

Estes princípios poderão ter raízes profundas na cultura e história iraniana, apesar de algumas transformações, desde há 2000 anos atrás. O estudo destes princípios, bem como o seu contexto cultural e histórico, poderão aprofundar a nossa compreensão das interacções entre o plano interno e externo das políticas iranianas desde a revolução.

Os iranianos valorizam a influência que a sua antiga religião, o zoroastrismo, teve sobre o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. Orgulham-se de trinta séculos de arte e artefactos e na continuidade da sua identidade cultural ao longo de milénios, nos quais se criou o primeiro Estado do mundo, há mais de 2500 anos atrás. Foi a partir do Irão que se organizou a primeira sociedade internacional, em que eram respeitadas as religiões e as culturas dos povos sob seu domínio. Os iranianos orgulham-se também por ter libertado os judeus do cativeiro babilónico, e de ter influenciado os gregos, os árabes, os mongóis, e os turcos, isto para não mencionar a influência sob a cultura ocidental, de forma indirecta, através de contribuições para a civilização islâmica. Ao mesmo tempo, os iranianos sentem-se oprimidos por potências estrangeiras ao longo da sua história. São lembrados

[15] BARZEGAR, op. cit., p. 145

[16] RAMAZANI, R. K., Understanding Iranian Foreign Policy, in The Middle East Institute Viewpoints: The Iranian Revolution at 30, [http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010, p. 12

[17] RAMAZANI, R. K., Iran's Foreign Policy: Independence, Freedom and the Islamic Republic, in EHSTESHAMI, A. (ed.), MAHJOOB, Zweiri (ed.), Iran's Foreign Policy From Khatami to Ahmadinejad, Reading: Ithaca Press, 2008, p. 1

os gregos, os árabes, os mongóis, os turcos e mais recentemente, as forças de Saddam Hussein que invadiram o Irão. Os iranianos também se recordam que o império britânico e o russo exploraram economicamente e subjugaram politicamente, invadindo e ocupando o país durante as duas guerras mundiais. O facto de os Estados Unidos terem abortado as aspirações democráticas iranianas em 1953, derrubando o governo do Primeiro-Ministro Muhammad Musaddeq, devolvendo a autocracia do Xá ao trono e, que posteriormente, dominou o país durante um quarto de século, está profundamente gravado na memória colectiva iraniana. Da mesma forma, assim como o derrube americano de Musaddeq ficou gravado na consciência do Irão, a tomada de reféns americanos no Irão em 1979, ficou gravado na consciência americana. As relações entre Teerão e Washington têm sido assim moldadas não só por um trauma psicológico mútuo, mas também pela memória colectiva do lado iraniano de 70 anos de relações amigáveis entre Irão e EUA[18].

Podemos então afirmar que os acontecimentos históricos influenciam a percepção e o carácter psicológico dos iranianos, o que depois se irá reflectir na formulação da política externa do país.

A procura da independência e da liberdade na sua progressiva metamorfose em ideais e princípios fundamentais na visão do mundo foi iniciada por Ciro, o Grande (558-530 a.c.). O Estado que nascia pelas suas mãos expandiu-se durante 30 anos, formando o império persa ou Aqueménida. A identidade cultural iraniana está assim enraizada na consciência de uma origem comum, numa religião partilhada e numa língua, que sobreviveu às invasões árabes e a outras ocupações, assim como devastações materiais e humanas, e a conversão ao Islão que se seguiu. Passados 300 anos sobre as invasões árabes, esse sentido de identidade foi expressado de forma eloquente, através dos épicos heróicos do poeta iraniano Ferdowsi, que salientou o facto de ter passado 30 anos a purgar o árabe da língua persa[19].

A era islâmica em território persa surgiu com o Império Safávida, substituindo o Zoroastrismo pelo Xiismo como religião do império. Assim como se observou no passado, com os Sassânidas e o Zoroastrismo, observou-se também uma relação próxima entre o poder político e o poder religioso (o trono e o altar), com os Safávidas e o Xiismo. Na prática, os Safávidas utilizaram o Xiismo para legitimar e consolidar o poder e justificar guerras incessantes contra inimigos então percepcionados como tal, e.g. o Império Otomano Sunita. O resultado dessas guerras juntamente com problemas antigos e a incoerência social, a corrupção na casa real, e as interpretações erradas da religião culminou com a queda do império em 1722.[20]

O Estado iraniano só conseguiu reerguer-se no princípio do século XIX, estando no entanto, agora envolto na competição das potências europeias

[18] RAMAZANI, op. cit. (2010), p. 12
[19] RAMAZANI, op. cit. (2008), pp. 2-4
[20] IDEM, Ibidem, p. 3

pelo seu território. Os processos históricos do século XIX e início do século XX revolucionaram as ideias pré-modernas de independência e liberdade no Irão. Três factores em particular desencadearam esta metamorfose histórica: 1) a imposição da redução das fronteiras internacionais pelas potências estrangeiras, 2) a semi-colonização do Estado e da sociedade, e 3) a disseminação do pensamento democrático e nacionalista, reformista e modernista. No entanto, em resposta a este movimento surgiram os governos anti-democráticos de Reza Shah e Mohammad Reza Shah. Os monarcas Pahlavi tentaram juntar aos seus regimes autocráticos, concepções pré-islâmicas e uma aura de secularismo moderno. Com a ligação do Xá às potências estrangeiras, os opositores no exílio, prometiam uma revolução. Um dos slogans favoritos de Khomeini e também um dos mais populares era o Xá Americano[21].

De Khomeini, surgiram os princípios revolucionários e uma dimensão islâmica nos princípios base dos iranianos. Este rejeitou o que chamou de idolatrar a nação e rejeitou o prefixo democrática para a República Islâmica, com base no pensamento que a democracia islâmica é superior às outras democracias existentes no mundo. De facto, rejeitou também a visão *post* Vestefaliana de sistema internacional, porque considerava que o sistema de Estados-nação era uma criação da mente humana e não de Deus. Na teoria das relações internacionais de Khomeini, todas as outras visões do mundo, especialmente a capitalista e a socialista, eram defuntas. Quando escreveu ao líder soviético Mikhail Gorbachev, sublinhou o vácuo ideológico existente no Ocidente e no Oriente. Sugeriu-lhe o estudo da visão islâmica, através dos filósofos e pensadores religiosos islâmicos. No entanto, a essa visão islâmica nunca se sobrepôs aos interesses do Estado Iraniano Islâmico (*ummul qara*). É exemplo disso, a compra de armas ao Grande Satã, os EUA, durante a Guerra com o Iraque, ou a aceitação da resolução das Nações Unidas que exigia o cessar-fogo com os iraquianos em 1988. Khomeini declarou assim, que fez o necessário para o interesse e sobrevivência (*baqa'*) da revolução[22].

Ao contrário da representação ocidental e israelita da política externa iraniana como irracional, o Irão tem uma tradição de estadismo prudente que foi desenvolvida através de séculos de experiência em assuntos internacionais, começando com Ciro, o Grande, há mais de 2.000 anos. O Irão cometeu muitos erros na sua longa história diplomática, que podem servir como uma lição histórica para as actuais elites políticas iranianas. No período pós-revolucionário, especialmente nos primeiros anos da revolução islâmica, a política externa do Irão foi muitas vezes caracterizada pela provocação, a agitação, a subversão, a tomada de reféns e o terrorismo. Mais recentemente, a imagem internacional do Irão foi manchada por uma retórica imprudente do presidente Mahmoud Ahmadinejad sobre Israel e o Holocausto, ignorando a importância da

[21] IDEM, Ibidem, p. 4-7
[22] IDEM, Ibidem, p. 8

legitimidade internacional e do *dictum* Islâmico do Irão, a *Hekmat* (sabedoria)[23].

Depois deste olhar que caminhou do passado até ao presente, no âmbito do carácter cultural e identitário dos iranianos, e por ordem de razão, também das elites políticas iranianas, podemos afirmar que existem três princípios fundamentais: da independência, da liberdade e da República Islâmica. Quanto à independência do Irão, não existe qualquer dúvida que os *policy makers* iranianos têm adoptado uma visão geopolítica ao nível regional e global quando está em causa os interesses de segurança e defesa nacionais. Deste facto se presume, que os decisores políticos estão conscientes dos limites da independência iraniana. A tendência isolacionista da fase inicial da história iraniana, não se repetiu, e os decisores políticos tentam racionalizar o pragmatismo da política externa, através de alguns discursos e ensinamentos de Khomeini. Por exemplo aquele em que afirma que estabelecer relações com outros Estados é compatível com a tradição profética islâmica e simultaneamente com o interesse nacional. Estas necessidades geopolíticas, muitas vezes sobrevalorizaram a necessidade da segurança nacional e da defesa em prol da independência. Estando em segundo plano a promoção da liberdade, apesar de em todas as constituições iranianas, esta se encontrar salvaguardada. A necessidade de liberdade dos iranianos é actualmente um problema com repercussões políticas e sociais e poderão colocar em causa o processo de islamização do país que se assistiu desde a revolução. O princípio da República Islâmica continua ainda em consideração, devido ao *deficit* de liberdade dos iranianos e o crescente cepticismo relativamente ao papel do Islão na política[24].

Uma abordagem histórica permite conhecer os desígnios e os princípios estruturantes que formam o contexto cultural e psicológico em que é formulado o processo de decisão ao nível da política externa de um Estado. Como Cícero referiu, Permanecer ignorante acerca do que aconteceu antes de nascer, é como permanecer sempre como uma criança.[25] Winston Churchill, também afirmou, *The further you look backward, the further forward you can see*[26]. Da mesma forma, ao olharmos para o passado do Irão, a forma como moldou a cultura do país e o carácter dos iranianos, conseguiremos também perceber algumas das tendências dos *policy makers* iranianos ao nível da formulação da política externa.

2. O Dilema do Interesse Nacional na República Islâmica do Irão

O Interesse Nacional enquanto conceito das Ciências Sociais não é aplicado de forma extensiva e interdisciplinar, quando comparado com conceitos como Identidade, Segurança ou Racionalidade. É utilizado na Ciência Política em

[23] RAMAZANI, op. cit. (2010), p. 13
[24] RAMAZANI, op. cit. (2008), p. 13-15
[25] CICERO, in RAMAZANI, op. cit. (2008), p. 2
[26] CHURCHILL, Winston, in RAMAZANI, op. cit. (2008), p. 2

geral, e nas Relações Internacionais enquanto sub-disciplina da anterior. Embora o conceito não tenha aparecido em publicações políticas e históricas antes dos anos 50, ganhou entretanto popularidade através da escola realista das relações internacionais, na sequência da II Guerra Mundial.[27] Foi Hans Morgenthau quem popularizou o conceito, quando estabeleceu o interesse nacional como o segundo dos seis princípios do realismo[28]. Comparando com outras questões ou conceitos, como a democracia, a sociedade civil, o desenvolvimento, a identidade, as ideias políticas e as ideologias, no âmbito do contexto islâmico ou iraniano, não tem havido um debate aprofundado acerca do interesse nacional, quer numa dimensão conceptual e teórica ou como um estudo de caso na política externa iraniana. Algumas das suas causas estão no fraco desenvolvimento da Ciência Política no Irão[29].

Durante a era pré-revolucionária podemos afirmar, que o Estado Pahlavi procurou orientar a sua política externa com base no interesse nacional, quer ao nível regional, quer ao nível global, não consistindo assim uma problemática que a comunidade académica ou intelectual achasse que teria de a examinar. Existia outra razão para a falta de debate sobre esta temática durante as primeiras duas décadas pós Revolucionárias: o governo com pendor idealista que chegou ao poder depois da saída do Primeiro-Ministro Mehdi Barzagan em 1980 considerou anti-islâmico o termo nacional. Esta tendência surgiu com base numa interpretação fundamentalista do regime e do conceito de *Umma*, ou comunidade islâmica. Foi através da contestação da Frente Nacional à lei das *Qesas* (Retribuição), defendida pelo clero Xiita, que o termo nacional, foi considerado como anti-islâmico e o seu uso seria interpretado como um acto de oposição ao Islão e ao novo regime iraniano. O Nacionalismo era então descrito por Ayatollah Khomeini como um princípio contra o Islão. Nos seus discursos em vez de interesse nacional, Khomeini e outros decisores políticos utilizavam a expressão, interesses da *Ummat-e Islami* (da Comunidade Islâmica). Era assim advogado o internacionalismo islâmico e criticado o nacionalismo em muitos dos livros e artigos escritos no momento *post* revolução[30].

O problema do interesse nacional não poderá ser totalmente compreendido sem olhar para os princípios orientadores da Constituição da República Islâmica do Irão, no que diz respeito à política externa do país. Observando o artigo 152º, este será uma das maiores manifestações do Idealismo Islâmico ao nível da política internacional. A constituição iraniana, no âmbito da política externa, parece resultar num paradoxo: por um lado, subscreve parcialmente os

[27] WHITTLESLEY, Charles Raymond, National Interest and International Cartels, New York, 1946

[28] MORGENTHAU, Hans J., Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace, New York: Alfred A. Knopf, 1978, pp. 4-15

[29] RAMAZANI, R. K., The Foreign Policy of Iran: a developing nation in World Affairs, 1500-1941, Charlottesville: Virginia University Press, 1966, p. 257

[30] AHMADI, Hamid, The Dilemma of National Interest in the Islamic Republic, in KATOUZIAN, Homa (ed.), SHAHDI, Hossein, Iran in the 21st Century: Politics, Economics & Conflict, London: Routledge, 2008, pp. 30-31

princípios da ordem internacional no que concerne a sua capacidade soberana de preservação. Isto é baseia-se na convicção de que a República Islâmica do Irão deve pugnar pela sua independência, considerando-se igual aos demais Estados soberanos a nível internacional, não estando por isso obrigada ou sujeita a nenhuma autoridade supranacional; por outro lado, reclama o direito de intervir na defesa dos direitos de todos os muçulmanos, leia-se com ou sem Estado, rejeitando deste modo os princípios da não intervenção e da não ingerência assentes num conceito de integridade territorial. O recurso à violência nas relações externas da República Islâmica do Irão fica assim ideologicamente justificado como uma questão de auto-preservação ou de auto-determinação dos povos muçulmanos. A constituição assume por um lado uma visão realista da política externa (*self-help* ou auto-preservação), e por outro, uma visão idealista assente numa ideia de Internacionalismo Islâmico. Até que ponto as duas dimensões são indissociáveis? O Irão procurou assumir uma relevância externa e liderança no mundo muçulmano através da exportação dos princípios fundadores da República Islâmica e da defesa dos direitos de todos os muçulmanos. Esta vocação pan-islamista, contrária aos princípios vestefalianos de não ingerência e não intervenção, explica muitos dos apoios militares facultados pelo Irão a outros grupos de reivindicação islâmica como o Hamas, o Hezbollah, a Jihad islâmica, Al-Qaeda, etc.

As diferentes oscilações e orientações na política externa da República Islâmica, indicam a existência de tendências que se contradizem no que diz respeito ao interesse nacional. Foi em períodos nos quais se observou uma orientação realista ou pragmática da política externa, que se manifestou também uma maior preocupação com este conceito. É a dicotomia Realismo-Idealismo, que parece proporcionar o melhor quadro teórico para uma análise do dilema do interesse nacional na República Islâmica. A referida dicotomia quando analisada por autores com E. H. Carr, Hans Morgenthau ou Kenneth Waltz, parece chegar à conclusão que o interesse nacional é melhor assegurado através de uma política externa que siga os princípios realistas[31].

À partida a política externa iraniana pós revolucionária poderá parecer essencialmente idealista. O termo interesse nacional não aparece, de facto, na constituição, embora esteja presente o princípio da auto-preservação. Os princípios estabelecidos na constituição de 1979 são um reflexo do equilíbrio entre o Idealismo e o Realismo na política externa iraniana. Porém até que ponto o conceito de nação assume uma conotação igual à praticada no mundo ocidental? Nação para os países islâmicos tende a ser um conceito representativo de uma comunidade religiosa transnacional. Os Estados são tidos como meras divisões organizacionais territoriais, sem qualquer significado no domínio das identidades. No entanto, a existência ou não do Estado, não é uma questão menor no mundo islâmico. O princípio intervencionista presente na constituição do Irão é uma forma de

[31] CARR, Edward H. The Twenty Years Crisis, New York: Palmgrave Macmillan, 2001

legitimar uma política externa assente na ingerência e intervenção na vida interna dos Estados vizinhos. Na prática, a política externa do Irão resume-se a uma tentativa de assumir uma liderança regional, esse parece ser um objectivo claro da República Islâmica.

Apesar da política externa iraniana defender os interesses do mundo islâmico e alguns dos seus movimentos, existiram diversos momentos onde se observou um processo de tomada de decisão realista. É o caso da política de Teerão em relação à insurreição islâmica na Síria em 1982 e da guerra da Chechénia no final dos anos 1990 e início de 2000, o que originou diversas críticas por parte de alguns movimentos islâmicos. No entanto, ao contrário de outros regimes revolucionários do século XX, como a URSS ou a China, que observavam uma política coerente de transformação do idealismo em realismo através do conceito de interesse nacional, no caso da República Islâmica do Irão, parece ter havido oscilações entre uma abordagem idealista e a realista, nos últimos trinta anos. Depois do ímpeto inicial revolucionário e quando se sucedeu a Guerra Irão-Iraque, parecia ser o momento ideal para o realismo tornar-se preponderante na política externa iraniana[32].

O dilema do interesse nacional na política externa da República Islâmica indica períodos de ascensão e queda das tendências idealista e realista no processo de tomada de decisão política. O dualismo estrutural presente no sistema político iraniano opõe o idealismo *versus* realismo no âmbito da política externa. Esta dicotomia pode ser observada desde o momento *post* revolucionário no Irão. Podemos assim afirmar que existem três abordagens quanto à questão do interesse nacional na República Islâmica do Irão: 1) Os que rejeitam o conceito de interesse nacional, porque contradiz os princípios básicos da Constituição e do Islão; 2) Os que defendem que uma política externa idealista é aquela que satisfaz da melhor forma o interesse nacional; 3) Aqueles que seguem o interesse nacional e uma política realista por um lado, mas por outro enfatizam a importância da manutenção da natureza islâmica do regime[33].

A história recente do Irão tem mostrado que em momentos críticos, em que a sobrevivência do regime está ameaçada, a questão do interesse nacional torna-se de máxima importância. Quando foi aceite a resolução da crise dos reféns de 1981, ou quando o Irão aceitou a resolução do Conselho de Segurança que obrigava ao cessar-fogo da Guerra Irão-Iraque em 1988, a questão do interesse nacional esteve directamente relacionada com a sobrevivência do regime. Assim o interesse nacional pode também ser visto como o interesse do sistema político[34]. Enquanto o sistema político híbrido iraniano permanecer, o dilema do interesse nacional no Irão, continuará também por resolver.

[32] AHMADI, Hamid, The Dilemma of National Interest in the Islamic Republic, in KATOUZIAN, Homa (ed.), SHAHDI, Hossein, Iran in the 21st Century: Politics, Economics & Conflict, London: Routledge, 2008, pp. 33-36.
[33] IDEM, Ibidem, p. 37
[34] IDEM, Ibidem, p. 38

3. A Dimensão Religiosa: A Influência do Xiismo Duodecimano na Política Externa Iraniana Actual

A base do sistema político da República Islâmica do Irão é o sistema do *Velayat-e Faqih*, que encontra a sua origem na tradição Xiita, dentro do Islão. Originalmente, no Islão, não existia a distinção entre o poder do Estado e o pensamento religioso.[35] O Profeta Maomé era simultaneamente o líder temporal e espiritual do Islão, e estabeleceu os princípios essenciais da religião. Depois da morte de Maomé, a legitimidade do seu sucessor, passou a constituir uma disputa entre os ramos Xiita e Sunita do Islão[36].

O Xiismo tornou-se politicamente institucionalizado no Irão, quando, em 1501, o Xá Ismail I fundou o Império Safávida e adoptou o Xiismo como a religião oficial do Estado. Este facto separou o Império e identificou-o com a oposição ao Império Otomano Sunita. Assim, desde o Império Safávida, o Xiismo tem servido a construção da identidade nacional e o *state building* iraniano[37].

A politização do Xiismo pode ser traçada a partir de quatro desenvolvimentos:

1) o triunfo do *usuli* sobre o *akhbari*;
2) *ijtihad*;
3) *marja-e taqlid*;
4) os *khums*.

Durante os séculos XVII e XVIII, emergiu um debate teológico entre o clero xiita sobre o direito da interpretação da lei, a *ijtihad*. Duas escolas desenvolveram-se a partir deste debate, a *akhbari* e a *usuli*. A escola *akhbari* acredita que desde o desaparecimento do 12º Imam, não poderia ser concedido o direito à interpretação, e as *haditths* (tradição das palavras e acções de Maomé) eram uma fonte legal correcta para a jurisprudência islâmica. Assim não seria necessário seguir as interpretações da *mojtahed*, o alto clero versado nas escrituras. Em contraste com a *akhbari*, a escola usuli acredita na *ijtihad* e na interpretação da *mojtahed*. Foram os *usuli* que ganharam a disputa entre as duas escolas e assim legitimaram a formulação de políticas no âmbito do Xiismo.[38] A vitória da escola *usuli* sobre a *akhbari* abriu o caminho para a modernização do clero xiita e a formação de um corpo clerical autónomo do Estado. Só a *mojtahed* ou ayatollah, e mais tarde no século XIX, a liderança centralizada do *marja-e taqlid*, tinham o direito à *ijtihad*[39].

[35] LAMBTON, A. K., Theory and Practice in Medieval Persian Government, London: Variorum Peprints, 1980, p. 404

[36] AMINEH, M. P.; EISENSTADT, S. N., The Iranian Revolution – The Multiple Contexts of Iranian Revolution, in AMINEH, M. P. (ed.), The Greater Middle East in Global Politics: Social Science Perspectives on the Changing Geography of the World Politics, Boston: Brill Academic Publishers, 2007, pp. 353-375

[37] THUAL, F., Géopolitique du Chiisme, Paris: Arléa, 2002, p. 33

[38] KEDDIE, N. R., Iran and the Muslim World, London: Macmillan Press Ltd, 1995, pp. 97-98

[39] ROY, O., The Failure of Political Islam, Cambridge: Harvard University Press, 1996/1999, p. 557

A centralização do poder entre o clero foi acompanhada da centralização financeira, e autonomia financeira do clero em relação ao Estado, através da concentração dos *khums* e *zakat* (impostos religiosos) nas mãos do *marja-e taqlid*. Os *khums são um exclusivo do Xiismo. Originalmente, os khums* (que representa 1/5 do rendimento liquido anual de um muçulmano xiita) eram pagos pelos iranianos aos *ulamas* (representantes do clero) a nível local ou provincial. Com a emergência do *marja-e taqlid*, os *khums* concentraram-se nas suas mãos. Os *khums* fizeram com que o clero tomasse contacto directo com a população em geral, e os membros do sector económico tradicional, os *bazaari*, têm usado os *khums* para aumentar a sua influência política[40].

A dependência financeira parcial do clero em relação aos *bazaari* tem, ao mesmo tempo, impedido que o clero xiita não apoie políticas que possam ir contra os interesses deste grupo económico iraniano. No entanto, a independência do clero em relação ao Estado que resulta dos *khums*, tem sido particularmente importante durante alguns períodos de crise política, como é o caso da Revolta do Tabaco, a Revolução Constitucional, o Movimento de Nacionalização de Petróleo levado a cabo por Mosadeqq, e finalmente durante a Revolução Islâmica.[41] A politização do Xiismo culminou nos anos 1960 e 1970, ainda durante a monarquia iraniana, com a Revolução Constitucional e o clero *post* constitucional a ser altamente criticado por intelectuais religiosos, nos quais Ayatollah Khomeini e Ali Shari'ati *são as duas figuras proeminentes*[42].

Khomeini revolucionou o dogma xiita tradicional relativo ao poder político mundano, com as suas ideias inovadoras acerca do sistema do *Velayat-e Faqih*. As origens deste sistema podem se encontrar nos debates entre a escola *usuli* e *akhbari* no século XVIII. Foi, no entanto, Khomeini que desenvolveu o conceito e tornou-o num projecto político, institucionalizando-o na República Islâmica do Irão, quebrando assim o dogma do clero xiita em relação ao poder político. Khomeini não só restaurou algumas tradições xiitas, mas também iniciou uma revolução ideológica dentro do próprio xiismo. De acordo com a teoria do *Velayat-e Faqih*, o Líder Supremo é o legítimo líder de toda a comunidade muçulmana, *umma*. Em 1988, a Constituição de 1979 foi alterada conferindo poderes ao *faqih*, maiores que o do imam. Este facto é também apelidado como *Velayat-e Faqih Motlaqah-e Faqih*, o governo absoluto do jurista supremo. Conferindo assim maiores poderes ao Líder Supremo sobre todos os muçulmanos. Desde a revolução islâmica este sistema e os seus princípios básicos têm sido a estrutura de poder da República Islâmica do Irão, e é ao mesmo tempo um dos maiores obstáculos à democratização e concretização de reformas no país. Depois de três décadas desde a Revolução Islâmica, tem existido algum debate entre religiosos e intelectuais sobre qual deveria ser o papel da religião na política. Estas questões tocam a essência do xiismo. Algumas respostas poderão ter consequências ao nível da legitimidade

[40] ENAYAT, H., Modern Islamic Political Thought, Austen: University of Texas Press, 1982
[41] MIRBAGHARI, F., Shi'ism and Iran's Foreign Policy, The Muslim World, (94), 2004, p. 557
[42] RAKEL, op. cit. pp. 25-26

do sistema político iraniano, e não deve ser esquecido que o Islão continua a desempenhar um importante papel na vida da maioria dos iranianos[43].

A formulação e execução da política externa requerem a identificação das metas e os meios pelos quais está a ser implementada. Ambos, os objectivos e os meios, no entanto, emanam de uma fonte, da qual a política se origina. No Ocidente, ou nas democracias liberais, a fonte é geralmente considerada como uma emanação da vontade do povo. Os governos derivam o seu mandato do povo que representam. Teoricamente, pelo menos, cada política externa, de uma forma ou de outra, diz respeito ao mandato do governo que representa a vontade da maioria. No Islão xiita, no entanto, a fonte da tomada de decisão política é Deus. Esta diferença entre o Ocidente e o Islão Xiita pode ser vista nas origens das palavras política e *siasat*. Enquanto a primeira refere-se à preocupação em manter as pessoas felizes, a segunda esforça-se para trazer a evolução e o desenvolvimento à população, mesmo que isso signifique ir contra a sua vontade. A maioria dos intelectuais xiitas concordam com esta premissa básica, há no entanto, grandes disparidades entre as diversas interpretações, no que diz respeito aos objectivos e aos meios pelos quais se concretiza a política. De acordo com uma interpretação mais radical (conservadora), a vontade do povo terá de respeitar a vontade de Deus, sendo esta interpretada pelos juristas religiosos. As metas são fixadas e definidas pela ideologia. O quadro político ocidental define, na generalidade, os objectivos de política externa em termos de interesse nacional, os conservadores xiitas definem as suas metas de política externa de acordo com os termos da sua doutrina, como é entendida e interpretada pelo jurista. Este facto poderá ajudar a explicar o objectivo fixado pelo Xá Ismail I na tentativa de derrotar os otomanos. Mais recentemente, poderá lançar uma luz sobre a política iraniana em relação à questão palestiniana. Existem poucas dúvidas sobre os objectivos iranianos em relação ao conflito israelo-árabe terem sido largamente influenciados pela orientação religiosa[44].

Embora Deus seja a fonte da política para todos os xiitas, a orientação da política externa, varia de acordo com diferentes interpretações. Quanto aos meios e instrumentos com os quais a política deve ser implementada, há novamente uma diferença substancial entre os xiitas e o ocidente. A Diplomacia baseia-se na racionalidade e é a ferramenta mais comum no que toca à implementação da política externa. Até os revolucionários soviéticos substituíram gradualmente a sua abordagem revolucionária radical pela diplomacia convencional, na sequência da Revolução de Outubro de 1917. Uma marca conservadora do xiismo é, porém, a jurisprudência que substitui a racionalidade como um meio de concretizar a política. Mesmo que o processo de decisão política não deixe de ser racional, o ponto de referência permanecerá a jurisprudência[45].

A questão central aqui é saber se a doutrina xiita é inerentemente compatível

[43] IDEM, Ibidem, 26-27
[44] MIRBAGHARI, op. cit., p. 558-560
[45] IDEM, Ibidem, p. 560-562

com o interesse nacional. O Xiismo segue a vontade de Deus, da jurisprudência e da ideologia. A diferença é clara em relação à sabedoria convencional ocidental da adopção da vontade do povo, a racionalidade e os interesses nacionais, como fonte, meios e objectivos da política externa. A racionalidade é utilizada no xiismo, mas geralmente a favor da doutrina e da ideologia. A experiência histórica tem demonstrado que o xiismo, acredita que a melhor maneira de servir a causa que representa, está na preservação e sobrevivência do país, assim como a maximização do seu poder. Como tal, a política interna e externa do Irão é muitas vezes direccionada para esse objectivo[46].

4. O equilíbrio entre a tendência Idealista e Pragmática na Política Externa Iraniana

Uma das formas possíveis de análise e explicação da política externa iraniana, poderá ser realizada através de uma abordagem teórica das Relações Internacionais (RI). Os debates académicos sobre teoria das RI desde a II Guerra Mundial, *têm na generalidade, fornecido os instrumentos necessários para a observação dos acontecimentos internacionais, incluindo aqueles que se passam no Médio Oriente ou os que dizem respeito à República Islâmica. Embora o estudo da política externa tenha sido incluído no campo científico das Relações Internacionais, começou a emergir como uma* sub-disciplina através de Richard Snyder, H. W. Bruck e Burton Sapin, os pais fundadores da análise da política externa. Apesar de ter recebido importantes contribuições do campo das RI, a análise da política externa desafia ainda as grandes teorias, como o Idealismo ou o Realismo. A necessidade de uma abordagem específica e apropriada e as contradições entre as teorias existentes, e outros factores, fizeram emergir este problema. Assim, os analistas da política externa não poderão afirmar com certeza o que se passa na caixa negra dos Estados e as relativas políticas externas[47]. Embora não seja expectável uma análise madura da política externa de um Estado, a tentativa de o fazer é por si só aceitável numa área académica em evolução. A política externa iraniana, talvez seja um dos casos de estudo mais complexos e o debate sobre a sua análise, assim como a dos outros Estados com o mesmo nível de importância e complexidade, poderá constituir uma ajuda ao nível do desenvolvimento da Análise da Política Externa, enquanto uma sub-disciplina das Relações Internacionais.

As Revoluções, embora sejam essencialmente assuntos internos dos Estados, causam um rasgo no tecido do sistema internacional vigente, rompendo com o *status quo* e o fluxo normal da diplomacia. A revolução de inspiração religiosa no Irão não foi excepção. Por um lado desfez a intrincada rede de relações que tinham sustentado a monarquia Pahlavi, e por outro, trouxe uma série de prioridades mais consistentes com as percepções e os valores da nova elite e do regime islâmico que

[46] IDEM, Ibidem, p. 563

[47] Vide SNYDER, R. C., BRUCK, W., SAPIN, B. (eds), Foreign Policy Decision-Making: An Approach to the Study of International Politics, Glencoe: IL Free Press, 1962

a revolução tinha gerado. A revolução iraniana encerrou o reinado de um regime secular e pró Ocidental, estrategicamente importante para a região do Médio Oriente. Inevitavelmente, portanto, as ondas que resultaram desta Revolução foram sentidas em toda a região, apesar do facto de ter ocorrido num país não-árabe e xiita. Como outros regimes revolucionários, Teerão estava determinado a incentivar o crescimento da sua ideologia e exportá-la, sempre que possível. Este regime, aliás, surgiu e consolidou-se em plena Guerra Fria, encontrando assim um novo lugar na rigidez e inflexibilidade do sistema internacional bipolar. No entanto, passados dez anos do seu nascimento, abandonou o slogan nem o Oriente, nem o Ocidente, ao testemunhar o fim da Guerra Fria. O seu novo lugar encontrava a unipolaridade dos Estados Unidos, a Rússia como ex-superpotência, redefinindo assim a sua presença estratégica e geopolítica numa Nova Ordem Mundial. Logo, a política externa iraniana, e a definição das suas relações internacionais, reflectem não apenas as complexidades de um Estado revolucionário emergente num ambiente altamente dinâmico e numa das mais importantes regiões do mundo a nível estratégico, mas reflectindo também, a complexidade e as contradições da nova república islâmica revolucionária e da própria política interna do país[48].

Na prática, a política externa do Irão tem evoluído em direcção a uma série de decisões pragmáticas, em conjunto com algumas abordagens de carácter ideológico. Na verdade, as relações internacionais do país não têm sido notavelmente controversas, apesar da retórica anti-ocidente. O Irão Revolucionário, apesar dos traços teocráticos, continua a ser um estado relativamente normal no âmbito da definição da sua política externa. Permaneceu um membro fiel de quase todas as organizações internacionais de que a monarquia Pahlavi também havia sido parte, e, nesse sentido, pelo menos, tem actuado mais como uma potência de *status quo*, do que uma potência revolucionária[49]. Na verdade, até o final dos anos 1990, o Irão tinha também mantido um padrão comercial similar ao do antigo regime (com excepção dos padrões comerciais com os Estados Unidos). As relações comerciais com o Ocidente dominaram até meados do século XXI. Estas relações enfraqueceram apenas com a gradual imposição de uma série de sanções da ONU, desde Dezembro de 2006. A posição do Irão em relação ao mundo muçulmano, teoricamente, mais próximo da sua circunscrição regional, tem sido também irregular. A ironia da década de 1980 salientava as boas relações do Irão com alguns estados muçulmanos de tendência secular, como a Argélia, a Líbia, e a Síria. Podemos afirmar que não houve um *Muslim World first* na política externa iraniana, apesar do tom e da retórica abertamente islâmica de Teerão. Ainda assim, a postura internacional do Irão, continua a preocupar a comunidade internacional. A mistura de um nacionalismo religioso

[48] EHTESHAMI, Anoush, Iran's International Relations: Pragmatism in a Revolutionary Bottle, in The Middle East Institute Viewpoints: The Iranian Revolution at 30, [http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010, pp. 127-128

[49] IDEM, Ibidem, p. 128

e uma propaganda populista revolucionária, uma política de oportunismo, e o anti-americanismo e anti-sionismo da retórica de Teerão, continuam a envolver a política externa iraniana numa aura de difícil compreensão[50].

As relações internacionais da República Islâmica do Irão podem ser divididas em quatro períodos distintos: um período de confronto (1980-1989), um período de acomodação (1989-1997), um período de *détente* (1997-2005) e um período de rejeição (pós-2005). Esta classificação temporal das diferentes fases da política externa está directamente associada às várias lideranças/presidências: Khomeini (1980-1989), Rafsanjani (1989-1997), Khatami (1997-2005), e Ahmadinejad (2005). Esta demarcação não deve disfarçar os diversos elementos de continuidade da política externa iraniana, mesmo em relação às políticas da era Pahlavi. Da mesma forma, não deve também disfarçar a natureza errante da política externa do Irão. Neste sentido o *The Economist* escrevia em 29 de Março de 2008: A política externa do país parece errante. O Irão condenou o terrorismo jihadista, mas abrigou fugitivos da Al-Qaeda. Apoiou o governo do primeiro-ministro do Iraque, Nuri al-Maliki, mas instigou as milícias iraquianas contra ele. Defende a unidade muçulmana, mas cria a divisão ao difamar os governantes muçulmanos pró-ocidentais, apoiando as facções xiitas e esperando que os Xiitas em todo mundo se curvem perante a autoridade de Khamenei[51].

A política externa iraniana sofreu assim diversas oscilações durante os últimos 30 anos. Durante este período o regime revolucionário desenvolveu a sua política externa num equilíbrio entre as visões idealista e pragmática das relações internacionais. Qualquer governo revolucionário, nos seus primeiros dias, desenvolve a tendência para seguir uma abordagem ideológica ao nível da política externa. Porém, depois de um período de amadurecimento, são desenvolvidas considerações pragmáticas, já que a sobrevivência do Estado depende em grande parte das realidades do mundo exterior. Isso pode explicar a cooperação entre os EUA e o Irão, quanto ao Afeganistão e depois no Iraque. Os líderes iranianos viam a estabilidade nestes dois países, como um factor vital para o interesse nacional. O pragmatismo tem prevalecido sobre a ideologia em outros casos, por exemplo, quando o Irão adoptou uma política de neutralidade no conflito de Nagorno-Karabakh entre a Arménia, um Estado cristão, e a República do Azerbaijão, um Estado islâmico com uma maioria xiita. É também um facto, que não foi o fervor ideológico do regime a validar a aspiração do Irão em tornar-se uma grande potência regional. Ao contrário, o nível educacional dos seus 70 milhões de habitantes e os seus recursos naturais transformam o país num candidato natural à preeminência regional, tentando reforçar assim a sua capacidade para desempenhar um papel de liderança, reflexo do seu peso geopolítico. Em contraste com a percepção geral do Irão enquanto um país

[50] IDEM, Ibidem, pp. 128-29

[51] THE ECONOMIST, Smoke and Mirrors: Iran makes it hard even for benevolent outsiders to understand it, May 24-30, 2008, in The Economist online, [http://www.economist.com/node/11465517# login], Consultado em 10 de Julho de 2010

revolucionário, a sua política externa é dirigida e em grande parte com base no seu património cultural de moderação e nos estreitos laços regionais. A santidade da soberania e a integridade territorial dos Estados tem sido repetidamente sublinhada em declarações ao nível da política externa iraniana. Especialmente quando essa soberania é ameaçada pela presença norte-americana na região[52].

Para explicar algumas irregularidades na política externa iraniana, alguns académicos assumiram uma posição racionalista, que defende que a política externa iraniana se tornou crescentemente prudente desde a revolução, através de uma maturação gradual e da reconsideração do interesse nacional iraniano. Porém esta abordagem acerca da natureza da política externa do Irão Revolucionário, não consegue explicar porque a mesma não é, segundo Ramazani, linear ou dialéctica, mas caleidoscópica. Este importante ponto de reflexão acerca da política iraniana, mostra que os idealistas de hoje, poderão ser os realistas de amanhã, e vice-versa. A observação desta natureza fluida na política externa iraniana parece ser um importante passo conceptual para explicar os elementos em conflito na política externa do país[53].

A análise do processo de tomada de decisão e os seus elementos tem sido uma das questões centrais das teorias de análise da política externa. Alguns analistas tentam explicar as características contraditórias da política externa iraniana através da complexidade e do caos aparente do sistema político iraniano. No entanto, todo este processo é supervisionado pelo Líder Supremo, e muitas vezes existe o apelo ao consenso. O resultado é uma política externa inconstante onde por vezes domina o imperativo revolucionário, e outras vezes considerações mais pragmáticas ou realistas.[54] Desta forma, como afirma Ramazani, no Irão, o equilíbrio entre a ideologia e o pragmatismo no processo de tomada de decisão ao nível da política externa, tem sido o elemento mais persistente, e uma das questões mais complexas e difíceis de toda a história iraniana, desde o século VI a.C., quando nasceu o Estado Iraniano, até ao presente[55].

Bibliografia

AFARI, Janet, *The Iranian constitutional revolution, 1906-1911: grassroots democracy, social democracy, & the origins of feminism*, New York: Columbia University Press, 1996

[52] SAGHAFI-AMERI, Nasser, Iranian Foreign Policy: Concurrence of Ideology and Pragmatism, , in The Middle East Institute Viewpoints: The Iranian Revolution at 30, [http://www.mei.edu/Portals/0/ Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010, pp.136-138

[53] RAMAZANI, R., in EHSTESHAMI, A. (ed.), MAHJOOB, Zweiri (ed.), Iran's Foreign Policy From Khatami to Ahmadinejad, Reading: Ithaca Press, 2008, p. 28

[54] REZAEI, Ali A., Foreign Policy Theories: Implications for the Foreign Policy Analysis of Iran, in EHSTESHAMI, A. (ed.), MAHJOOB, Zweiri (ed.), Iran's Foreign Policy From Khatami to Ahmadinejad, Reading: Ithaca Press, 2008, p. 28

[55] RAMAZANI, R., in REZAEI, op. cit., p. 29

AGNEW, John; CORBRIDGE, Stuart, *Mastering Space – Hegemony, Territory, and International Political Economy*, London: Routledge, 1995.

AHMADI, Hamid, *The Dilemma of National Interest in the Islamic Republic*, *in* KATOUZIAN, Homa (ed.), SHAHDI, Hossein, *Iran in the 21st Century: Politics, Economics & Conflict*, London: Routledge, 2008.

AMINEH, M. P.; EISENSTADT, S. N., The Iranian Revolution – The Multiple Contexts of Iranian Revolution, *in* AMINEH, M. P. (ed.), *The Greater Middle East in Global Politics: Social Science Perspectives on the Changing Geography of the World Politics*, Boston: Brill Academic Publishers, 2007.

CAMPBELL, David, *in* Ó'TUATHAIL, G., Dalby, S., *Rethinking Geopolitics*, London: Routledge, 1998.

CARR, Edward H. *The Twenty Years Crisis*, New York: Palmgrave Macmillan, 2001.

DIJKINK, G. J., *National Identity and Geopolitical Visions: Maps of Pride and Pain*, New York: Routledge, 1996.

ENAYAT, H., *Modern Islamic Political Thought*, Austen: University of Texas Press, 1982.

ESHRAGHI, F., *Anglo-Soviet Occupation of Iran in August 1941*, Middle Eastern Studies, 20 (1), January 1984.

EHSTESHAMI, A. (ed.), MAHJOOB, Zweiri (ed.), *Iran's Foreign Policy From Khatami to Ahmadinejad*, Reading: Ithaca Press, 2008.

KATOUZIAN, H., *Musaddeq and the Struggle for Power in Iran*, London: IB Tauris, 1990

KEDDIE, N. R., *Iran and the Muslim World*, London: Macmillan Press Ltd, 1995.

KEDDIE, N. R., *Religion and Rebellion in Iran: The Tobacco Protest of 1881-1882*, London: Frank Cass, 1966.

LAMBTON, A. K., *Theory and Practice in Medieval Persian Government*, London: Variorum Peprints, 1980.

MIRBAGHARI, F., Shi'ism and Iran's Foreign Policy, *The Muslim World* (94), 2004.

MOJTAHED-ZADEH, Pirouz, *Boundary Politics and International Boundaries of Iran*, Boca Raton: Universal Publishers, 2006.

MORGENTHAU, Hans J., *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, New York: Alfred A. Knopf, 1978.

RAKEL, Eva Patricia, *Power, Islam and Political Elite in Iran – A Study on the Iranian Political Elite from Khomeini to Ahmadinejad*, Leiden: Brill, 2009.

RAMAZANI, R. K., *The Foreign Policy of Iran*: *a developing nation in World Affairs, 1500-1941*, Charlottesville: Virginia University Press, 1966.

RAMAZANI, R. K., *Iran's Foreign Policy: Independence, Freedom and the Islamic Republic*, *in* EHSTESHAMI, A. (ed.), MAHJOOB, Zweiri (ed.), *Iran's Foreign Policy From Khatami to Ahmadinejad*, Reading: Ithaca Press, 2008.

REZAEI, Ali A., *Foreign Policy Theories: Implications for the Foreign Policy Analysis of Iran*, *in* EHSTESHAMI, A. (ed.), MAHJOOB, Zweiri (ed.), *Iran's Foreign Policy From Khatami to Ahmadinejad*, Reading: Ithaca Press, 2008.

ROY, O., *The Failure of Political Islam*, Cambridge: Harvard University Press, 1996/1999.

SNYDER, R. C., BRUCK, W., SAPIN, B. (eds), *Foreign Policy Decision-Making: An Approach to the Study of International Politics*, Glencoe: IL Free Press, 1962.

Ó'TUATHAIL, Gearóid, *Geopolitical Structure and Cultures: Towards Conceptual Clarity in the Critical Study of Geopolitics*, *in* Geopolitics: Global Problems and Regional Concerns, The Center for Defense and Security Studies, Bison, Paper 4, January 2004.

THUAL, F., *Géopolitique du Chiisme*, Paris: Arléa, 2002.

WHITTLESLEY, Charles Raymond, *National Interest and International Cartels*, New York, 1946.

Fontes digitais

BARZEGAR, Kayahan, *The Geopolitical Factor in Iran's Foreign Policy*, *in* The Middle East Institute Viewpoints: *The Iranian Revolution at 30*, [http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/ Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010.

EHTESHAMI, Anoush, *Iran's International Relations: Pragmatism in a Revolutionary Bottle*, *in* The Middle East Institute Viewpoints: *The Iranian Revolution at 30*, [http://www.mei.edu/Portals/0/ Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010.

RAMAZANI, R. K., *Understanding Iranian Foreign Policy*, *in* The Middle East Institute Viewpoints: *The Iranian Revolution at 30*, [http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010.

SAGHAFI-AMERI, *Nasser, Iranian Foreign Policy: Concurrence of Ideology and Pragmatism*, *in* The Middle East Institute Viewpoints: *The Iranian Revolution at 30*, [http://www.mei.edu/Portals/0/ Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010.

THE ECONOMIST, *Smoke and Mirrors: Iran makes it hard even for benevolent outsiders to understand it*, May 24-30, 2008, *in* The Economist online, [http://www.economist.com/node/11465517# login], Consultado em 10 de Julho de 2010